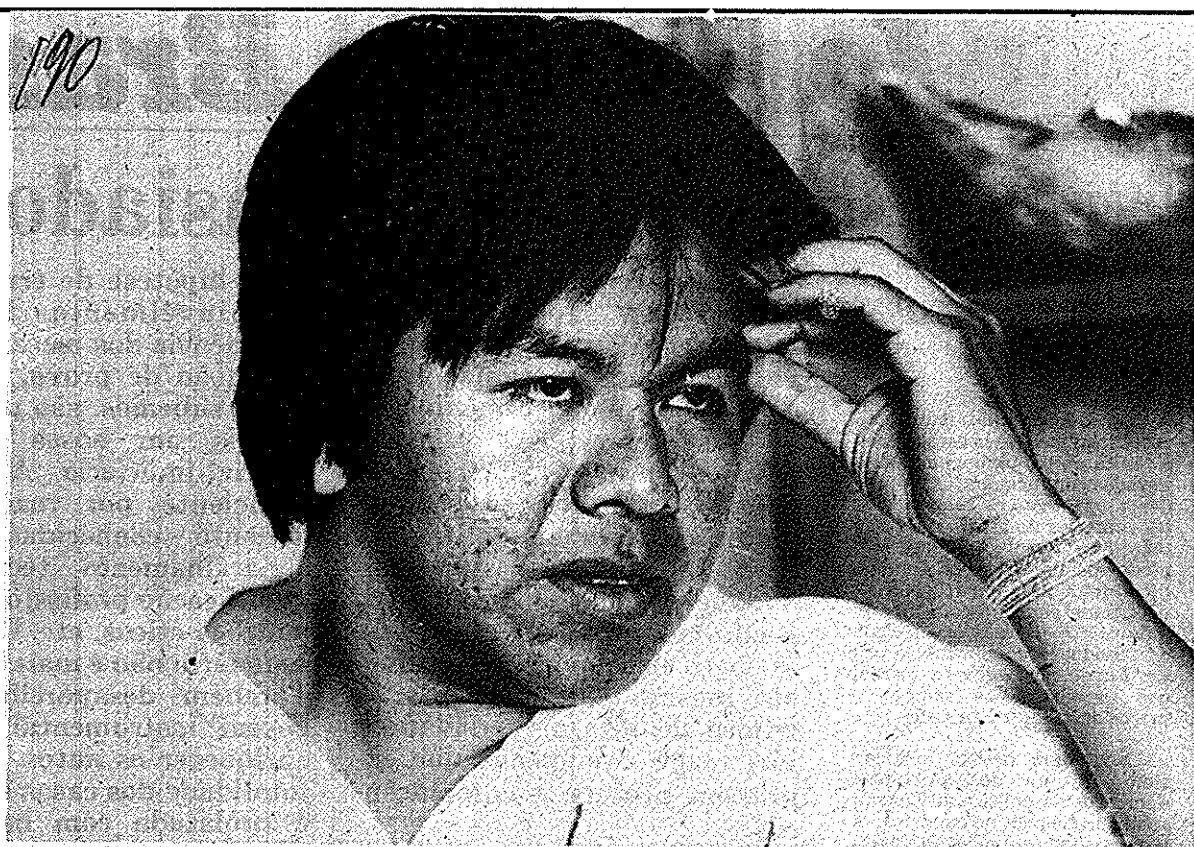




Terena e os outros índios não se conformam com o fato de Andreazza ter ouvido só a Funai

## Índios vão à Justiça para permanecer em Brasília

Será impetrado hoje, no Tribunal Federal de Recursos, pelo deputado José Costa (PMD-B-AL) o pedido de habeas corpus em favor dos índios estudantes que queiram permanecer em Brasília e se sintam ameaçados pela medida do ministro Mário Andreazza, que decidiu afastar de Brasília sete desses índios, devolvendo-os às cidades próximas às suas aldeias. Ao mesmo tempo, o deputado entrará em contato com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — seção Distrito Federal — para lhe pedir a nomeação de um advogado para que obrigue a Funai judicialmente a custear com recursos financeiros de seu orçamento as despesas de ensino, manutenção e estada dos índios em Brasília.

Enquanto se desenrola o processo judicial, José Costa pretende organizar uma comissão para recorrer a entidades filantrópicas brasileiras com o objetivo de lhes solicitar o custeio das despesas de estudos desses índios. Caso as entidades brasileiras se neguem, o parlamentar se dirigirá a organizações filantrópicas estrangeiras.

A decisão do ministro, segundo o deputado, "é um ato mesquinho, contraditório e que põe a nu a verdadeira política indigenista promovida pelo Governo brasileiro". Ele acredita que a medida foi tomada porque esses índios são "exatamente aqueles que têm noção da grandeza e dramaticidade dos problemas das comunidades indígenas brasileiras, todas elas ameaçadas de extermínio pela invasão de suas terras, pelas doenças, pela carência de recursos materiais e pela política genocida desenvolvida pela Funai".

### MINISTRO

Apesar da decisão ministerial, os índios pretendem ainda manter um contato pessoal com o ministro Andreazza. Eles não aceitam o fato de o ministro ter ouvido apenas as explicações da Funai, "que é exatamente quem quer nos mandar embora", segundo observou Carlos Terena, ironizando as afirmativas da Funai, que defende o retorno "para o convívio familiar". Carlos informou que a Funai pretende

transferi-lo para Porto Velho (RO) e sua família vive na aldeia de Taunay, em Mato Grosso do Sul.

Tenso e extremamente preocupado com o ano escolar que se inicia dia 16 de fevereiro, Marcos Terena, o universitário do grupo, observou que "este é um momento histórico na luta indigenista e não sabemos como os brasileiros vão entender isso".

Tanto ele como Taukane, do grupo bakairi, Kurerete Karajá e os demais membros da União das Nações Indígenas não se preocupam com o fato de o ministro Andreazza não reconhecer a Unind. "O que vale é o que somos — disse ele — o ministro não pode desconhecer a existência de diferentes nações com costumes e línguas diferentes. Isto também não nos impede de amar esta terra que chamam Brasil. Temos aquilo que vocês chamam de sentimento patriótico e não nos sentimos uma nação à parte, pois estamos cooperando para a nação brasileira, para o bem-estar de todos. Somos um dos componentes da Nação brasileira mas somos distintos".

Independente de qualquer decisão governamental, Marcos Terena continuará em Brasília, pois não quer prejudicar os estudos na Faculdade Católica.

Kurerete Karajá, um dos índios funcionários da Funai, não entendeu as contradições da medida. Ele observou que a primeira explicação, dada pelo coronel Zanoni Hausen, baseava-se no Estatuto do Índio; a segunda do ministro Andreazza, fala de um estudo da Funai e a terceira, também do coronel Zanoni, justifica a medida como econômica, pois em Brasília não há Casa do Índio e a Funai é obrigada a manter convênio com outras entidades para alojar os índios.

Essas contradições lembradas por Kurerete foram confirmadas por Carlos Terena, também funcionário da Funai, que ironizou a preocupação do órgão em querer manter os costumes tribais, dizendo: "Porque só agora eles se lembram disso? Por que não há então funcionários aprendendo nossa língua, nossos costumes?"

## Cimi confirma denúncia

Manaus — O CIMI — Norte I divulgou nota oficial, ontem, na capital amazonense, confirmando a existência de um convênio entre a Funai, e o Projeto Rondon, e citando ainda depoimento de universitários de Manaus, sobre treinamento que, segundo o CIMI, foi administrado nas salas do Projeto Rondon e incorreu em sérias deturpações sobre a história do indigenismo oficial, "em afirmações racistas a respeito da cultura dos povos indígenas e em críticas irresponsáveis ao CIMI".

A nota considera ingenuidade dizer que o Projeto Rondon não é político. E diz em certo trecho: "O lema do Projeto Rondon, 'Integrar Para Não Entregar', se pode ser

positivo para a população envolvente, se revela altamente perigoso em relação aos povos indígenas. E preciso deixar claro que integrar, nas condições atuais, é sinônimo de perda das terras, discriminação nas cidades, proletarianização, destruição".

O CIMI-Norte I lembra ainda anúncio do ministro Mário Andreazza, sobre uma ação integrada do SNI, Conselho de Segurança, Ministério do Interior e Funai para resolver os conflitos indígenas.

A nota é encerrada com um posicionamento do CIMI pela intocabilidade dos povos indígenas contra a invasão desmedida dos fazendeiros e da própria Funai.